

PROTOCOLO GERAL
Recebido em 31/07/14
às _____ horas
Doc. de fls. 1 a 1
Funcionário Responsável

Ofício nº 2849/2014-GAPRE

Maringá, 29 de julho de 2014.

Senhor Presidente,

LIDO EM PLENÁRIO
Sala de Sessões 12/07/14
1º Secretário (a)

Em atenção ao Ofício nº 1472/2014-CMM, que atende Requerimento apresentado pela Vereadora **Carmen Inocente**, mediante o qual solicita que informe quantas Ações Diretas de Inconstitucionalidade – ADIs foram propostas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal no período compreendido entre janeiro de 2013 e abril de 2014, bem como quais foram as leis que tiveram a constitucionalidade questionada pelas referidas ações, anexamos parecer da Procuradoria Geral do Município.

Atenciosamente,



José Luiz Bovo
Secretário Municipal de Gestão

À Sua Excelência o Senhor
ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS
Presidente da Câmara Municipal de Maringá
Nesta



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL

DA: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARA: SECRETARIA DE GESTÃO

ASSUNTO: Ofício nº 1472/2014-CMM

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

PROCESSO Nº: 45046/2014

Senhor Secretário:

Cumprimentando-o e, em atenção ao Ofício nº 1472/2014-CMM, oriundo do requerimento apresentado pela Vereadora Carmen Inocente, pelo qual solicita informações quanto as Ações Diretas de Inconstitucionalidade propostas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, no período compreendido entre janeiro/2013 a abril/2014, vimos pelo presente para informar relação das ADIs localizadas, conforme relação abaixo:

- ADI 1147994-0 – Lei 6936/2005, que trata da alienação de bens públicos;
- ADI 1211050-2 – Lei 9669/2014, que autoriza a concessão do Parque de Exposições;
- ADI 1136223-9 – Lei 945/2013, que trata do pagamento de Gratificação de Responsabilidade Técnica;
- ADI 1185887-4 – Lei 958/2013, utilização do passeio público por estabelecimentos comerciais – venda de carne assada;
- ADI 1169685-0 – Lei 9545/2013, que obriga a concessionária de transporte coletivo urbano implementar sistema de cobrança de passagens com valores iguais para pagamento em moeda corrente e cartão;
- ADI 1129258-1 – Lei 944/2013, que trata da gratificação mensal aos servidores que desenvolvem atividade de pronto atendimento (assiduidade e pontualidade aos profissionais da saúde);
- ADI 1055685-9 – Lei 938/2013, altera planta genérica de valores do IPTU 2013;
- ADI 1182987-7 – Lei 9609/2013, concede transporte coletivo gratuito a pessoas com transtorno mental;
- ADI 1169687-4 – Lei 9540/2013, que proíbe o desempenho das atribuições simultâneas de motoristas e cobradores de passagens no serviço de transporte coletivo de passageiros.
- ADI 1232640-6 – Lei 9584/2013 que trata do Conselho Municipal da Juventude;
- ADI 1060435-2 – Lei 912/2012 – inclui o cargo de Técnico Desportivo no Subgrupo Ocupacional Profissional GP1;

Ainda, esclarecemos que a relação acima não é exaustiva, sendo que podem haver eventuais ações não localizadas nas buscas efetuadas, em que pese os esforços ora empenhados.

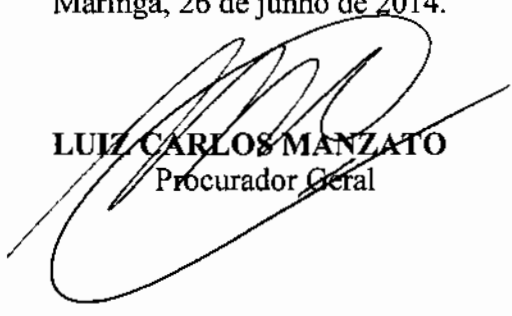


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL

Por fim, quanto as leis que tiveram a constitucionalidade questionada, diante o grande número de projetos apresentados pelo Poder Legislativo local, torna-se inviável referida busca, tendo em vista que para tanto seria necessário analisarmos todas as mensagens de vetos apresentadas pelo Sr. Prefeito, mensagens estas já encaminhadas a esse Órgão Legiferante.

Maringá, 26 de junho de 2014.


LUIZ CARLOS MANZATO
Procurador Geral